

Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba

The poverty, environment and solidary economy: the issue in Piracicaba

*Zildo Gallo**

*Líliã A. de Toledo Piza Martins***

*Maria Thereza Miguel Peres****

Resumo

Este texto pretende mostrar e analisar a possibilidade de geração de trabalho e renda a partir de soluções para problemas ambientais. Para tanto, toma como exemplo o caso do município de Piracicaba, onde são desenvolvidos dois projetos: o Reciclador Solidário e o Hortas Comunitárias, executados mediante parceria entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP, da Universidade Metodista de Piracicaba, a Prefeitura Municipal de Piracicaba e a Rede Unitrabalho. Os projetos mostram que é possível resolver questões ambientais e, ao mesmo tempo, criar trabalho e renda para populações excluídas. Com políticas públicas participativas, resgatam-se socialmente populações marginalizadas e, ao mesmo tempo, introduzem-se benefícios ambientais no meio urbano. A educação para a preservação ambiental e para a cooperação é o instrumento desse processo.

Palavras-chave: economia solidária; meio ambiente; cooperativa; desenvolvimento sustentável; inclusão social.

Abstract

This text intends to show and analyses the possibility of generating labour and income by solving environmental problems. In order to do that, it takes the example of the city of Piracicaba where two projects have been developed. The first one deals with recycling and the other is related to vegetable gardens raised by civil communities. Both of them are carried out with the partnership among a technological incubator of popular cooperatives, a local university, the "Universidade Metodista de Piracicaba," the city hall in Piracicaba, and the network "Unitrabalho". The projects show that it is possible to do both: solve environmental issues and generate labour and income for lower classes. One can say it is possible to rescue lower classes from social exclusion through the involvement of public policies and by introducing environmental improvements in the cities. The tool of this process is the education for environmental preservation and co-operation.

Key words: solidary economy; environment; co-operative; sustainable development; social inclusion.

* Economista, mestre e doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Professor da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep. Professor do mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara - Uniara. zildogallo@ig.com.br

** Economista, mestre em Economia e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep. lamartin@unimep.br

*** Economista, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Pesquisadora do Núcleo de Trabalho e professora da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep. mtmperes@unimep.br

Introdução

Conforme Sachs (2004), o Brasil chegou ao século XXI com uma indústria moderna e diversificada e um setor de agronegócios mundialmente visível. Contudo, segundo ele, a estrutura ocupacional, em sentido oposto, mostra o atraso social do país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de 2002, indicava que:

- a) 24,2% da População Economicamente Ativa (PEA) não tinham carteira de trabalho assinada;
- b) 22,3% trabalhavam por conta própria;
- c) 4,2% das pessoas trabalhavam apenas para o próprio consumo;
- d) 11,7% não tinham nenhum rendimento monetário;
- e) 27,1% dos trabalhadores recebiam um salário mínimo ou até menos.

A situação acima exposta aponta para a necessidade de se pensarem e de se adotarem políticas inclusivas, e para a obrigatoriedade de sempre estarem presentes critérios de sustentabilidade nas propostas de geração de trabalho e renda.

Este texto busca analisar os projetos Reciclador Solidário e Hortas Comunitárias, considerando a sua relevância do ponto de vista da inclusão social e da sustentabilidade ecológica. Para Costanza, citado por Sachs (1993), a sustentabilidade ecológica deve considerar o que segue:

Sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; d) os resultados das atividades humanas devem obedecer a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida.

As experiências analisadas neste artigo também são partes integrantes de um projeto maior intitulado

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, concebido por meio de uma parceria multi-institucional, envolvendo professores e alunos da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, a Rede Unitrabalho e a Prefeitura Municipal de Piracicaba. Tal projeto tem como missão transferir o conhecimento científico apreendido pela universidade para a comunidade, ampliando-o mediante um processo de integração social que possa auxiliar uma parcela da população a conquistar os seus direitos e honrar os seus deveres de cidadãos.

O método de trabalho desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Piracicaba nos seus projetos é o do planejamento participativo, que se caracteriza pela tomada coletiva de decisões. Essa forma de planejamento pressupõe a intervenção dos grupos participantes na organização das atividades e na repartição dos resultados, o que, em termos realistas e dialéticos, democratiza as tomadas de decisões.

A equipe técnica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares que, em Piracicaba, está ligada à Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, enquanto assessora dos projetos, acompanha semanalmente os grupos incubados e em processo de incubação com os seguintes objetivos:

- a) assessoria na divisão das tarefas entre os grupos cooperados;
- b) assessoria aos cooperados na inserção dos produtos e serviços no mercado;
- c) assessoria na administração contábil e financeira dos grupos;
- d) assessoria, junto com os professores e servidores municipais, na elaboração de cursos e palestras para os cooperados;
- e) realização, ao término de cada semestre, de relatório que aponte a trajetória de cada grupo incubado, apontando os avanços, as dificuldades e indicando as possíveis ações futuras.

O primeiro projeto analisado é o Reciclador Solidário, que diz respeito à coleta seletiva de resíduos

sólidos em Piracicaba. Pode-se afirmar que o resíduo sólido urbano transformou-se num grande problema ambiental para o município, pois se esgotou a capacidade de armazenamento do aterro sanitário, localizado no bairro Pau Queimado (GALLO e MARTINS, 2001). Poder-se-ia reciclar parte dele, posto que é composto por produtos que podem ser usados como matéria-prima por muitos setores da indústria. Diante desse quadro, coube ao poder local a elaboração de um programa de coleta seletiva descentralizado, envolvendo a comunidade local. Assim, criou-se o Projeto Reciclador Solidário, que teve início com a organização de uma cooperativa de “recicladores”, composta, na sua maioria, por ex-catadores do aterro sanitário.

O trabalho da cooperativa está evoluindo da simples coleta para o beneficiamento de algumas matérias-primas, o que deverá agregar valor aos produtos. A implantação da cooperativa teve início em 2001, atendendo aos bairros próximos à região central. Em 2003, ela se consolidou, empregando mais de 30 trabalhadores e avançou rumo à autonomia em relação à Incubadora e à Prefeitura de Piracicaba. A partir de 2004, os cooperados começaram a sentir a necessidade de agregar valor aos resíduos coletados e começaram a adotar medidas nesse sentido.

O outro projeto analisado é o das Hortas Comunitárias, que estimula a agricultura urbana em terrenos ociosos. Em Piracicaba, assim como em muitos outros municípios, existem os chamados “vazios urbanos”, representados pelos inúmeros terrenos ociosos, que, muitas vezes, se tornam receptáculos de entulhos, gerando problemas de saúde pública. A gravidade do problema se concretiza pelo número de terrenos ociosos existentes no ano de 1994, por exemplo. Segundo o rol de lançamentos do IPTU, havia mais de 33 mil imóveis nessa situação, perfazendo uma área de quase 24 milhões de m², que correspondem a mais de 42% dos 56 milhões de m² da área urbanizada do município (GALLO e MARTINS, 2001). Decorridos dez anos, a situação pouco mudou.

Muitos desses terrenos poderiam ser utilizados para o desenvolvimento de agricultura urbana, gerando trabalho e renda para populações carentes. Assim, em 2003, a ITCP foi convidada para contribuir com a organização de hortas comunitárias em terrenos ociosos nos bairros Jardim Oriente e Parque dos Sabiás. Esses bairros são relativamente novos e, na sua grande maioria, os moradores encontram-se nos estratos de menor renda. O Sistema de Vigilância Nutricional (Sisvan) de Piracicaba detectou nesses bairros, em 2001, um baixo consumo de hortaliças, em função da baixa renda familiar e de questões culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 2003).

O aprendizado agrícola foi conduzido, no seu início, pela assessoria técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - Sema, com o Projeto Hortas Domiciliares, e se baseou em princípios de agricultura orgânica, utilizando compostos orgânicos e evitando o uso de defensivos agrícolas. As hortas, além de garantirem o consumo familiar, acabaram gerando excedentes de produção que começaram a ser comercializados. Então, as famílias vislumbraram a possibilidade de expandir as vendas com a criação de hortas comunitárias. Assim surgiu o Projeto Hortas Comunitárias. A primeira experiência de horta comunitária deu-se no bairro Parque dos Sabiás, em um terreno ocioso da prefeitura.

1 Projeto Reciclador Solidário

De acordo com Leonard (1992), a maioria dos pobres, ou seja, 85%, vive nos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. Para o autor, a urbanização desses países vem acontecendo em um ritmo mais veloz do que em qualquer outra época da história e, segundo ele, no início do século XXI, a maior parte dos pobres estará morando em áreas urbanas. Também afirma que:

[...] qualquer que seja o seu ambiente natural, os pobres da África, da Ásia e América Latina compartilham sem exceção do ambiente debilitante da pobreza: alimentação insuficiente, moradia precária, falta de higiene e cuidados médicos, carência de bens materiais e de qualificação especializada.

O município de Piracicaba, localizado no Estado de São Paulo, segundo o último Censo (2000), contava com 328 mil habitantes e a maioria, 95%, morava na cidade. De acordo com Scarfon (1979), já em 1970, com uma população bem menor, 152 mil habitantes, cerca de 8 mil famílias do município dependiam do auxílio de entidades assistenciais (alimentos, medicamentos, roupas etc.). Isso significa que cerca de 30% da população precisava de assistência social para suprir suas necessidades básicas. É necessário, então, observar que o crescimento econômico do município não se traduziu em melhores condições de vida para toda a população. Ao contrário, ele foi acompanhado pelo aumento da miséria.

Cerca de 270 toneladas/dia de resíduos sólidos, produzidos pelos mais de 300 mil habitantes da cidade, são lançados no Aterro Sanitário Pau Queimado, dos quais 60% são de material orgânico; e 30%, de material reciclável. O aterro é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Sedema e encontra-se com a sua capacidade de armazenamento praticamente esgotada. Para o próximo aterro a ser implantado, seria extremamente útil um aumento significativo da coleta seletiva no município. A sua vida útil seria prolongada; e o desperdício de matérias-primas, diminuído.

Entre 1992/1993, em decorrência do desemprego, existia um número significativo de pessoas recolhendo materiais recicláveis (plásticos, vidros, alumínio, latas e papelão) dentro do próprio aterro (PERES, 2002). Nesse período, assistentes sociais da prefeitura começaram a desenvolver um trabalho com esses catadores, buscando organizá-los, separando-os em grupos, e elaborando

uma tabela com os números de caminhões que funcionavam rotativamente, a fim de que todos fossem beneficiados. Uma associação, registrada em cartório, passou a defender os interesses desses catadores.

Com as mudanças de governo, o trabalho das assistentes sociais foi interrompido. Com a falta de continuidade do trabalho das assistentes sociais, ocorreram o enfraquecimento da associação, a desorganização dos grupos e o crescimento do número de menores de 18 anos no aterro. Aumentaram os atritos entre os catadores e, também, com os operários de máquinas que ali trabalhavam.

Em abril de 2000, foi retomado o trabalho no aterro com uma assistente social da Sedema, que realizou um pré-cadastro dos catadores com mais de 18 anos de idade, objetivando conhecer a população local. Em julho de 2000 foi enviada pela Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Social - Semdes uma assistente social para dar um suporte técnico ao trabalho que se iniciava. Juntas, as duas assistentes sociais propunham, por meio de um projeto para o aterro, a retirada das crianças e a formação de uma cooperativa de materiais recicláveis, visando a proporcionar aos catadores um trabalho mais limpo e seguro, com base na conscientização do grupo e com sede fora do aterro sanitário (PERES, 2002).

Com o início de uma nova gestão municipal, visando a minimizar o volume de resíduos sólidos urbanos a ser disposto no meio ambiente e também promover a cidadania dos catadores, foi implantado, em 2001, por ex-catadores do aterro, o Projeto Piloto de Coleta Seletiva Reciclador Solidário. A resistência ao projeto foi grande, já que muitos dos catadores, ao aderirem à proposta, teriam, a princípio, uma remuneração menor que a obtida no aterro. Entretanto, as condições de trabalho eram bem melhores no projeto. Mesmo com resistências, o projeto começou a ser implementado com apenas 18

Visando a minimizar o volume de resíduos sólidos urbanos a ser disposto no meio ambiente e também promover a cidadania dos catadores, foi implantado, em 2001, o Projeto Piloto de Coleta Seletiva Reciclador Solidário

recicladores. A prefeitura deu a infra-estrutura básica como barracão, guarda-noturno, carrinhos, cesta-básica, transporte, entre outros benefícios. Nos primeiros seis meses, das cinco pessoas que saíram do grupo, duas voltaram para o aterro e três foram viver de “bicos” em outras atividades.

Os “recicladores solidários” começaram o trabalho de coleta seletiva nos bairros São Dimas, São Judas e Bairro Alto, região central da cidade. Foi feita a divulgação junto aos bairros e os recicladores, em dias preestabelecidos, começaram a passar com os carrinhos pelas ruas, coletando os materiais que, ao chegarem ao barracão, eram separados, prensados e comercializados. No início, o volume coletado era pequeno por estarem os recicladores se familiarizando com o novo trabalho, muito diferente daquele que faziam no aterro.

O Projeto Reciclador Solidário contou com vários parceiros. Foi incentivado pelas Secretarias de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e recebeu apoio da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba - Acipi, que doou os uniformes para o grupo. Uma parceria com a Secretaria da Educação possibilitou, para os recicladores sem ou com baixa escolaridade, a criação de uma sala de aula. A Universidade Metodista de Piracicaba, em parceria com a Rede Unitrabalho, criou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - Núcleo Unimep, que começou a prestar não só assessoria econômica, mas também jurídica e contábil. O projeto tornou-se o seu primeiro grupo incubado.

Entretanto, o grupo, com apenas 13 recicladores, não apresentava o número mínimo de 20 membros necessários para se criar uma cooperativa. Havia a necessidade de ampliar o número de participantes, a área, o material coletado e também de tornar o grupo autônomo, deixando de depender dos benefícios da prefeitura. Inicialmente, para essa ampliação, contava-se com os recicladores que estavam trabalhando em precárias condições no aterro sanitário. A idéia era e, ainda, continua sendo a de, gradativamente, diminuir, no aterro, o número de catadores. Depois de diversas

discussões, o Projeto Reciclador Solidário foi ampliado com mais 19 novos membros, uma parte vinda do próprio aterro; e outra, de um bairro periférico bastante pobre, o Jardim Oriente.

É importante mencionar que, hoje, a resistência ao Projeto Piloto, por parte dos catadores, é bem menor que no início, embora muitos deles ainda prefiram continuar com o trabalho onde estão, por receberem um rendimento “maior” e não se submeterem às normas de um trabalho coletivo. Contudo, há uma lista de espera de catadores do aterro que estão aguardando a oportunidade para ingressarem na cooperativa.

Assim, com 32 recicladores, teve início o processo de adaptação dos novos membros que, na primeira semana, em vez de irem para as ruas, permaneceram no barracão trabalhando na separação dos resíduos. Na semana seguinte, iniciaram o trabalho de rua. As dificuldades de integração do grupo foram muitas, exigindo por parte dos técnicos envolvidos um trabalho de mediação intenso, visando a preservar e a fortalecer o grupo para, posteriormente, pensar mais efetivamente na criação da cooperativa. Com o suporte da incubadora, foi elaborado um regimento interno, discutido coletivamente, e também uma proposta de estatuto para a futura cooperativa. Foram dados os passos jurídicos necessários e, em 2003, a Cooperativa do Reciclador Solidário de Piracicaba passou a ter a sua existência legal.

O trabalho está em expansão. Os recicladores ampliaram a área de coleta, visando a aumentar o volume de material e a remuneração do grupo. A prefeitura cedeu um barracão maior e mais um caminhão para acompanhar a coleta. A Acipi continua contribuindo materialmente para a viabilização da cooperativa e a incubadora continua acompanhando o grupo e preparando-o para que ele se torne cada vez mais autônomo.

Neste momento, os cooperados estão buscando avançar da simples coleta de materiais para o seu beneficiamento, o que implicará a agregação de valor e o

aumento dos ganhos. Nesse sentido, existem alguns projetos. O beneficiamento de materiais plásticos é um deles. Outro caminho que se coloca hoje para a cooperativa e os cooperados é a busca de melhor negociação com os compradores, com o objetivo de conseguir melhores preços pelo material coletado. A ampliação da coleta para novos bairros também é necessária.

Uma dificuldade vivida pelo grupo é a localização da cooperativa. O prédio em que ela está foi alugado pela Prefeitura Municipal. Com o fim do contrato, os recicladores não sabem ainda para onde irão. Não seria possível, inclusive, por conta de proibições do zoneamento urbano, a permanência no atual local. A Prefeitura Municipal comprometeu-se a alugar outro barracão e, mais adiante, pretende construir uma sede própria.

Em 2004, a Cooperativa do Reciclador Solidário coletou e vendeu 483.486,76 kg de material reciclável, gerando uma receita total de R\$ 140.595,40

Atualmente, percebe-se um maior otimismo que em períodos anteriores. Os cooperados estão participando mais da gestão da cooperativa e a compra de uma esteira já é realidade. Entidades industriais do município, como a Acipi e o Ciesp, entre outras, doaram um moinho de plástico para a cooperativa, que será instalado na sede nova. A produtividade do trabalho deverá aumentar e, em relação aos plásticos, certamente conseguirão melhores preços no mercado (PERES, 2005).

Em 2004, conforme Peres (2005), a cooperativa coletou e vendeu 483.486,76 kg de material reciclável. A venda média mensal foi de 40.290,56 kg. A receita total foi de R\$ 140.595,40, em 2004, registrando uma média mensal de R\$ 11.716,28. A retirada média dos recicladores ficou na casa dos R\$ 367,00, após o pagamento das despesas e da constituição de reservas necessárias às eventualidades e pequenos investimentos. Com a ampliação da coleta e com os novos equipamentos, é possível esperar um aumento da receita e, como conseqüência, o aumento da retirada dos cooperados.

2 Projeto Hortas Comunitárias

Nos anos recentes, o conceito de segurança alimentar e nutricional tem sido compreendido como a garantia de acesso a alimentos básicos de qualidade para todos, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. A transformação do atual quadro de insegurança alimentar, em que o acesso ao alimento está determinado pelas leis do mercado, aponta para a adoção de um novo paradigma que coloca a nutrição como um direito humano.

Para Le Bihan, Delpeuch, Marie (2003), a garantia de qualidade de vida nutricional como direito e objetivo central de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional está relacionada com significativas modificações nos métodos de produção, distribuição e consumo de alimentos, hoje orientados quase que exclusivamente por critérios de produtividade e lucro. Nesse sentido, alguns problemas, como os altos índices de desemprego rural ou urbano e a falta de terras para cultivo, fazem com que a população passe a buscar alternativas que possibilitem sua sobrevivência. Isso provoca uma mudança nos papéis tradicionais do urbano e do rural. Enquanto, na área rural, as novas alternativas são os empregos “não agrícolas”, as áreas urbanas e periurbanas tornam-se espaços para atividades agrícolas que, além de produzirem alimentos, representam importantes fontes de renda. Segundo Pereira (2000), nos últimos anos, cresceu, na área rural, a importância das atividades não agrícolas, ao passo que no meio urbano a produção agrícola passou a ocupar espaço.

Entende-se como agricultura urbana e periurbana aquela que se desenvolve nos limites e nos arredores das cidades. As atividades ligadas a esse tipo de agricultura podem trazer benefícios à comunidade em razão do fácil acesso aos mercados de consumo, armazenamento, transporte e geração de empregos. De acordo com a Food Agriculture Organization - FAO, são considerados setores importantes da agricultura

urbana e periurbana a horticultura, a pecuária, a produção de forragens e leite, entre outros.

No Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Piracicaba - PMSAN, por intermédio do SubPrograma de Agricultura Urbana, estão previstas ações no campo da agricultura urbana que visam à produção e acesso ao alimento seguro pela implantação de hortas domiciliares, comunitárias, escolares e institucionais. Entre essas ações, podem ser citados os projetos de hortas domésticas dos bairros Bosques do Lenheiro - PHDBL e Jardim Oriente - PHDJO, assim como os de hortas comunitárias da Casa do Morador de Rua - PHCCMR, do Jardim Oriente - PHCJO e do Parque dos Sabiás - PHCPS (GALLO, MARTINS e SPAROVEK, 2004).

No Projeto de Horta Doméstica - PHD, o que ocorre é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Piracicaba e os participantes (moradores dos bairros), oferecendo a primeira não somente assistência técnica com reuniões e visitas quinzenais, mas também bambu para cercar, composto, esterco, insumos, sementes e mudas de hortaliças. Em contrapartida, o participante, que pode ser qualquer pessoa da comunidade que deseje cultivar em seu quintal uma horta, se responsabiliza pelo cultivo das hortaliças e pelo uso da água. A ITCP não assessora as hortas domésticas.

Neste artigo serão considerados, prioritariamente, os projetos das hortas comunitárias do Jardim Oriente e do Parque dos Sabiás. A do Parque dos Sabiás funciona em uma área doada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, que está sendo trabalhada pela comunidade com o auxílio da prefeitura e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. A do Jardim Oriente encontra-se nos primeiros estágios da sua organização.

No Jardim Oriente, que está localizado na região sul de Piracicaba, predominam as hortas domésticas. Esse bairro começou a existir em 1998, para abrigar famílias que viviam em áreas de risco e em favelas e que tinham renda entre zero e três salários mínimos. Esse núcleo habitacional, planejado e construído com a parceria entre a Empresa Municipal de Desenvolvimento

Habitacional de Piracicaba - EMDAPH e a Unimep, fez parte do Programa Autoconstrução Dirigida.

Em 2001, foi constatado que, devido ao baixo poder aquisitivo das famílias moradoras desse bairro, apesar de receberem leite do Sistema de Vigilância Sanitária (Sisvan), havia baixo consumo de hortaliças. Iniciou-se, então, no Jardim Oriente, um projeto de hortas domésticas, pelo qual as famílias foram incentivadas a cultivar hortas em seus quintais com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação e também de gerar alguma possível renda com a venda da produção excedente.

A prefeitura, por intermédio da Semdes, usou o Mapa da Exclusão/Inclusão Social de Piracicaba como instrumento de pesquisa e planejamento que identificou áreas de maior exclusão social da cidade. Desse modo, pelos critérios de seleção e escolha do público-alvo, circunscrito nessas áreas, foram identificadas famílias excluídas do mercado de trabalho e, de forma geral, favorecidas pelos serviços de assistência social, saúde, educação e outros serviços.

Assim, várias famílias do bairro Jardim Oriente e do Parque dos Sabiás, por conta dos critérios acima, foram selecionadas para participarem de projetos de inclusão social ligados ao Subprograma de Agricultura Urbana. Algumas dessas famílias, estimuladas pelo aprendizado nas hortas domésticas e pela perspectiva de melhoria da renda, vislumbraram a possibilidade da construção de hortas comunitárias. As famílias do Parque dos Sabiás foram as primeiras a organizar uma horta comunitária, cuja produção está sendo escoada no próprio bairro.

Os objetivos dos projetos Hortas Domésticas e Hortas Comunitárias são os seguintes: a) promover a saúde da população como um todo, por meio de ações educativas (ambiental, alimentar, comportamental); b) trabalhar de forma prazerosa aspectos ambientais e sociais; c) criar vínculos afetivos e solidários entre o grupo envolvido e a comunidade; d) incentivar a segurança alimentar do público-alvo e da comunidade local; e) gerar trabalho e renda, com a produção de

alimento sadio (sem defensivos agrícolas) e com baixo custo, uma vez que o custo do transporte foi eliminado do sistema de produção; f) tornar os participantes capazes de gerenciar o empreendimento (horta comunitária); g) elevar a auto-estima, pois o trabalho diário dedicado à produção de seu próprio alimento ajuda a criar a consciência das atividades cotidianas e do sentimento de identificação com o processo de construção de suas identidades, resgatando, assim, a alegria de se viver e de se sentir incluído na sociedade (GALLO, MARTINS e SPAROVEK, 2004).

A metodologia desenvolvida nos projetos, com reuniões periódicas entre os partícipes, é a do planejamento participativo, realizado como método de tomada de decisões, ou seja, pensar com a comunidade qual o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. A intervenção tem como objetivo direcionar e orientar o curso da história, em que os sujeitos participantes são seres concretos, em movimentos potenciais de transformações de suas próprias relações sociais. Os projetos participativos de segurança alimentar e nutricional são mais efetivos e sustentáveis quando o público-alvo participa plenamente, tanto em seu planejamento e implementação quanto em seu acompanhamento e avaliação.

No campo social, trabalha-se com a metodologia pesquisa-ação participante, cuja ação investigativa deve ser ela própria concebida como *práxis*, ou seja: com intencionalidade de transformar não só a realidade, mas também o próprio sujeito da ação. Dessa forma, o fazer investigativo é também reflexivo, pois pressupõe a existência de sujeitos participantes, como seres concretos, em movimentos potenciais de transformação de suas próprias relações sociais, consciência e atividades cotidianas; assim como do processo de construção de suas identidades.

Nesses termos, o planejamento participativo pode ser dividido em três etapas importantes (VIEIRA, 1995):

1. A formação da consciência crítica, que contempla a fase de autodiagnóstico, com conhecimento de teor acadêmico e

popular. Essa primeira etapa pode ser interpretada como o momento de trabalhar a educação popular, educação ambiental, e a troca de conhecimentos, em geral, a partir de teorias críticas que possibilitem, mediante dinâmicas, reuniões, palestras, exercícios teórico-práticos, o reconhecimento dos determinismos históricos que objetivam a exclusão social. É o momento, também, de desenvolver ocupação, transformação e geração de produção, por meio de atividades propostas para efetivação das hortas. Esse momento contempla o saber popular como detentor de conhecimentos imprescindíveis para a elaboração do trabalho.

2. Etapa de proposição de soluções para enfrentar os problemas detectados no autodiagnóstico, que se materializa pela capacidade de criar um projeto próprio, de ser o sujeito capaz de realizar a *práxis*, ou seja, buscar uma ação que possibilite a transformação social, pessoal e comunitária. O processo de codificação e decodificação leva o sujeito a estabelecer a percepção de que ele faz parte de uma realidade, a qual, por ser o reflexo das ações de todos, é passível de transformações, a partir de suas próprias ações. Essa etapa corresponde à percepção da necessidade da autonomia para a sustentabilidade das hortas comunitárias.
3. Etapa do descobrimento da necessidade de se organizar, que se traduz pela cidadania como meio e fim.

Várias famílias do Jardim Oriente que participavam do Projeto Horta Doméstica também resolveram organizar a sua horta comunitária. São pessoas que se identificaram com a produção de hortaliças em seus quintais ou sentiram o desejo de trabalhar em grupo, numa área maior. Muitas reuniões ocorreram com o objetivo de estruturar o grupo e organizar as ações. Muitas dificuldades foram surgindo, entre elas: a) a necessidade de um comprometimento maior das parcerias envolvidas; b) a falta de recursos para o projeto,

ficando este dependente, muitas vezes, de doações. Essas dificuldades estão sendo trabalhadas para que as metas sejam cumpridas, os objetivos atingidos e a horta comunitária desse bairro comece a funcionar.

Os objetivos serão plenamente atingidos somente se o público-alvo for envolvido desde o início do projeto, pois só assim será formada a consciência de que o espaço que está sendo criado lhe pertence realmente. Os vínculos criados desse modo, entre os participantes, são mais fortes. Em esquema de mutirão, serão realizadas as atividades necessárias para a implantação do projeto.

As atividades previstas são: a) limpeza do terreno; b) instalação do alambrado, dos portões, como também da rede hidráulica; c) as construções de alvenaria (casa de máquina e rancho para comercialização). O nivelamento do terreno, a construção dos canteiros e as aberturas das covas para a instalação da cerca, por serem atividades operacionais, serão realizados pelas máquinas e implementos agrícolas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Sema e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Sedema.

A Sema responsabilizou-se pelos postes e outros materiais necessários para a instalação da cerca. O alambrado foi doado pela Casa do Morador de Rua de Piracicaba, uma instituição coordenada pela Semdes, que atende as pessoas sem residência fixa. A estufa para a produção de mudas foi também adquirida pela Semdes e deverá ser instalada para, então, a horta comunitária do Jardim Oriente, assim como acontece com a do Parque dos Sabiás, fornecer hortaliças baratas e saudáveis para a população do bairro.

A capacitação do público-alvo dos bairros é realizada nas reuniões onde são abordados os seguintes temas: a) importância da horta para a comunidade; b) métodos de produção; c) técnicas de produção; entre outros temas (GALLO, MARTINS e SPAROVEK, 2004). Essas reuniões são coordenadas pelos profissionais responsáveis pelo projeto e membros da

Incubadora de Cooperativas e conta com a presença dos assistentes sociais dos bairros.

A horta comunitária também deve ser incentivada como uma das possibilidades para a geração de trabalho e renda

O planejamento da produção é realizado em grupo para que os participantes sejam capazes de gerenciar o empreendimento sem a tutela dos programas sociais. Entre as hortaliças que são plantadas estão: abóbora, alface, almeirão, beterraba, cenoura, chicória, couve, pepino, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, cebolinha, salsa, coentro, etc. A escolha das espécies a serem cultivadas é realizada pelo grupo, existindo a preocupação com a diversificação das culturas.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares acompanha semanalmente os integrantes da horta comunitária do Parque dos Sabiás, em processo de incubação, com os seguintes objetivos:

- a) assessoria no processo de divisão das tarefas;
- b) assessoria aos participantes no processo de desenvolvimento dos canais de distribuição dos produtos no mercado;
- c) assessoria na administração contábil e financeira;
- d) assessoria, junto com servidores municipais, na elaboração de cursos e palestras para os participantes da horta comunitária;
- e) realização, no final de cada semestre, de relatório que aponte a trajetória do grupo, os avanços, as dificuldades e as ações futuras.

Ainda em relação à horta comunitária, deve ser ela incentivada como uma das possibilidades, para a geração de trabalho e renda. É evidente que uma ou duas hortas comunitárias apresentem pouca visibilidade, ainda que sejam eficazes em suas propostas. Nesse sentido, há a necessidade de que a experiência se estenda para muitos outros bairros.

Cabe lembrar que a produção de hortaliças também é um estímulo para se pensar na saúde alimentar, uma vez que a saúde humana está diretamente relacionada à qualidade do alimento consumido. O ser humano necessita de alimentos diversificados que contenham todos os nutrientes necessários para promover o crescimento do seu corpo, fornecer energia para as suas atividades, regular e manter o bom funcionamento dos órgãos e aumentar a resistência contra as doenças (GROPPO e NETO, 1993).

O consumo diário médio de hortaliças no Brasil é de 52 gramas por pessoa, um baixo consumo se comparado com populações de outros países (tabela 1). Os motivos são os seguintes:

- a) baixo poder aquisitivo;
- b) preço elevado das hortaliças, devido à passagem por vários intermediários;
- c) baixa qualidade dos produtos hortícolas, já que a produção, distante dos consumidores, acarreta perdas no transporte;
- d) a vida moderna, que leva a população a fazer refeições rápidas, dificultando o consumo de hortaliças;
- e) preocupações com a qualidade do alimento, comprometida pelo uso dos agrotóxicos e pela má qualidade da água usada para irrigação.

TABELA 1 - CONSUMO DE HORTALIÇAS EM PAÍSES SELECIONADOS

PAÍSES	CONSUMO DE HORTALIÇAS (G/PESSOA/DIA)
Itália	432
Estados Unidos	270
Israel	200
Argentina	100
Brasil	52

FONTE: Groppo e Neto (1993)

Como se observou anteriormente, durante o transporte das hortaliças, acontecem perdas, por serem elas altamente perecíveis e, quando produzidas muito distantes do consumidor, além de ficarem mais caras, podem ter a sua qualidade comprometida. Por outro

lado, elas também têm crescimento rápido e, quando cultivadas adequadamente, produzem-se grandes quantidades em pequenas áreas, o que já é uma justificativa importante para o estímulo à sua produção nos terrenos urbanos ociosos.

Considerações finais

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), a pobreza em larga escala já não é inevitável.

A pobreza não é um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor.

Ainda segundo a comissão, o maior desafio do desenvolvimento econômico é o atendimento das necessidades de uma população crescente nos países em desenvolvimento. É preciso que o crescimento econômico crie oportunidades de trabalho que permitam às famílias mais pobres atingirem um padrão mínimo de consumo.

O grande número de famílias vivendo miseravelmente na periferia de Piracicaba indica que o desenvolvimento das últimas décadas não foi suficientemente inclusivo ao ponto de gerar oportunidades de trabalho digno para os mais pobres da população. Criou-se, então, um imenso passivo social que pede a elaboração criativa de políticas de inclusão social, possibilitadas por arranjos institucionais que envolvam os poderes constituídos, o meio acadêmico, o setor privado e a comunidade.

Levando em consideração as preocupações da comissão e todo o conteúdo exposto neste trabalho, é possível aproximar-se da compreensão de que, por meio de políticas públicas que garantam a ampla participação da comunidade, dá para resgatar socialmente populações marginalizadas e, ao mesmo tempo, introduzir benefícios ambientais no meio urbano. A educação para a preservação ambiental e para a cooperação é o instrumento

de todo esse processo. As parcerias, nesse caso, são fundamentais e, em Piracicaba, elas têm acontecido e gerado bons frutos, com o envolvimento da universidade, do poder local e da comunidade.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Piracicaba (ITCP), ligada à rede Unitrabalho e à Unimep, em atuação junto à Prefeitura Municipal de Piracicaba, tem sido uma importante parceira na busca de meios para diminuir a exclusão social no município, estimulando a geração de trabalho e renda de forma sustentável.

As ITCPs surgiram a partir do Movimento da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, entre 1992 e 1994, introduzindo as universidades na grande movimentação social que tal ação desencadeara (PERES, 2002). Atualmente, diversas universidades brasileiras estão desenvolvendo atividades por intermédio das ITCPs, auxiliando na montagem de cooperativas e associações. É o caso da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep.

As ITCPs universitárias são multidisciplinares e integram professores, alunos e funcionários das mais diversas áreas. Elas atendem a grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo, economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. O público atendido é constituído, na maioria das vezes, por trabalhadores desempregados ou pessoas em situação de trabalho precário.

As incubadoras de cooperativas desempenham suas ações na perspectiva de desenvolvimento local, permitindo abrir perspectivas de acesso dos associados

não somente à renda, mas também ao conhecimento e proximidade às instâncias de poder e governos, dando-lhes apoio necessário para influenciar as decisões políticas e administrativas em suas comunidades.

Para enfrentar esse desafio, a ITCP de Piracicaba também adota como princípio o Programa da Economia Solidária, cujos procedimentos orientam-se numa lógica que busca assegurar fundamentalmente uma opção contra os valores dominantes, marcados pela competição individual e pela primazia do capital sobre o trabalho, garantindo um processo de aprendizado coletivo que busca viabilizar as atividades econômicas ou o empreendimento antes mesmo que ele venha a funcionar.

A incubadora local também considera que a geração de trabalho e renda não deve atentar contra o meio ambiente e, nesse sentido, busca passar ao seu público a questão da responsabilidade ambiental, inclusive, propondo e atuando junto a projetos ambientalmente corretos, como o Reciclador Solidário e Hortas Coletivas, por exemplo.

Ocorre que a economia solidária, por princípio, não pode desconsiderar nos seus empreendimentos a preservação do meio ambiente e dos recursos nele existentes, pois nisso está implícita a solidariedade com as gerações futuras. A solidariedade, então, deve ir além dos grupos cooperativados, estendendo-se a toda sociedade. Então, na elaboração e desenvolvimento de seus projetos, a ITCP jamais deve desconsiderar as questões ambientais, sob o risco de romper as relações solidárias entre os grupos incubados e a comunidade em que eles se inserem, comprometendo o atendimento das necessidades das suas futuras gerações.

Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba

- Recebido em: 01.04.2005
- Aprovado em: 25.04.2005

Referências

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

FAO - Food Agriculture Organization. **Agricultura urbana (AU) e periurbana (AP)**. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 5 nov. 2003.

GALLO, Z.; MARTINS, F. P. L.; SPAROVEK, R. B. M. Das hortas domésticas para a horta comunitária: um estudo de caso no bairro Jardim Oriente em Piracicaba/SP. In: CORRÊA, E. J.; CUNHA, E. S. M.; CARVALHO, A. M. (Org.). **(Re)conhecer diferenças, construir resultados**. DF: Unesco, 2004, p. 523-531.

GALLO, Z.; MARTINS, L. A. T. P. Política de trabalho e renda: um texto para discussão. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA. 2001, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba, 2001, p. 87-144.

GROPPO, G. A.; NETO, J. T. **Hortas**: instruções práticas - 230. Campinas: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Coordenadoria Técnica Integral (CATI), 1993.

LE BIHAN, G. A.; DELPEUCH, F.; MARIE, B. **Alimentação, nutrição e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Polis, 2003. (Cadernos de Proposições para o Século XXI).

LEONARD, H. J. Meio ambiente e pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum. In: LEONARD, H. J. (Org.). **Meio ambiente e pobreza**: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 15-58.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. **Qualidade de vida**, São Paulo, ano 2, n.11, p.1-4, abr. 2000. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/~boletim/qualidade/quali_12.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2001.

PERES, M. T. M. (Coord.). **Relatório parcial de atividades**: projeto de extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Piracicaba: FGN/Unimep, 2005.

PERES, M. T. M. (Coord.). **Relatório e avaliação do projeto Reciclador Solidário**. Relatório parcial de extensão. Piracicaba: FGN/Unimep, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Projeto hortas familiares e comunitárias em bairros periféricos do Município de Piracicaba**. Piracicaba: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, 2003.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo - Fundap, 1993.

SCARFON, M. L. **Crescimento e miséria**: estudo sobre populações marginais em um município paulista. Ensaio e Memória. São Paulo: Símbolo, 1979.

VIEIRA, P. F. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.